

# O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): PAPEL E IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MOTORA

Esthênia Donnara de Santana Silva<sup>1</sup>

Tícia Ferro Cavalcante<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo objetivou analisar como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se desenvolve no processo de inclusão de estudantes com deficiência motora em uma escola da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Os objetivos específicos foram: analisar as práticas pedagógicas das professoras especialistas, identificar como ocorre a inclusão dos estudantes com deficiência motora e descrever os métodos utilizados nas atividades pedagógicas. Para tal, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo e pesquisa de campo, com observações na escola e entrevista semiestruturada com a professora da Sala de Recursos Multifuncional. Pode-se constatar que, apesar dos impasses relacionados à infraestrutura da instituição de ensino, o AEE possui um papel fundamental na inclusão desses estudantes, pois através do seu desenvolvimento são criados recursos que possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Atendimento Educacional Especializado (AEE); Estudante com deficiência; Deficiência motora.

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece que a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos e um dever do Estado e da família. Além disso, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia Pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. (E-mail: esthenia.donnara@ufpe.br)

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação. Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. (E-mail: ticia.cavalcante@ufpe.br)

qualificação para o trabalho. No Art. 206 é instituído que o ensino será ministrado com base em quatro princípios básicos:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, a CF designa que a educação é um dos principais meios para a promoção do desenvolvimento e redução das desigualdades sociais. Por esta razão, o ensino público deve ser gratuito e garantido a todos sem nenhum tipo de discriminação. Apesar disso, longo é o caminho que a educação vem percorrendo em nosso país a fim de realmente promover a universalização do ensino.

Diante dessa discussão, torna-se ainda necessário perceber que para a educação ser de fato para todos, as pessoas com deficiência precisam ter acesso a um ensino de qualidade, a permanência e a aprendizagem em uma escola inclusiva, pois, a própria Constituição Federal determina no Art. 208 que as pessoas com necessidades específicas devem receber educação preferencialmente na rede regular de ensino e estabelece a garantia do atendimento educacional especializado (AEE), sendo concebido como responsabilidade do Estado: a gestão da educação, elaboração e execução de políticas públicas, garantia de recursos financeiros, entre outros.

À vista disto, a educação inclusiva é um direito que deve ser assegurado pelas escolas. Além disso, “a concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola.” (MEC, 2013, p. 6). Nesse sentido, é relevante destacar o Atendimento Educacional Especializado como modalidade que tem como objetivo promover a inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência, oferecendo condições para que as habilidades sejam desenvolvidas, bem como a superação das suas limitações.

O AEE deve ser oferecido de forma complementar ao ensino regular, por meio de serviços e recursos feitos com adaptações e materiais didáticos acessíveis, a fim de atender às necessidades educacionais de cada estudante. O atendimento é regulamentado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Ropoli et al (2010) discorre que:

“O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola.”

Ademais, o AEE assiste os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essas necessidades podem incluir: deficiência física, deficiência visual, surdez, deficiência intelectual, entre outras, sendo a deficiência física, o foco de estudo do presente trabalho.

A deficiência física/motora é uma condição que afeta a mobilidade e a capacidade física de uma pessoa, podendo ser causada por paralisia cerebral, distrofia muscular, esclerose múltipla e lesão medular. O documento “Salas de Recursos Multifuncionais Espaço do Atendimento Educacional Especializado” afirma que: “A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso.” (BRASIL) 2006, p. 28.

Neste contexto, cabe ressaltar que a escola possui um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência física, pois:

O ambiente escolar é para qualquer criança o espaço por natureza de interação de uns com os outros. É nesse espaço que nos vemos motivados a estabelecer comunicação, a sentir a necessidade de se locomover, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. (BERSCH e MACHADO, 2007. p. 17)

Mediante o exposto, como objetivo geral, o presente trabalho visa analisar como o Atendimento Educacional Especializado se desenvolve no processo de inclusão de estudantes com deficiência motora em uma escola pertencente a Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Como objetivos específicos, irei analisar as práticas pedagógicas das professoras especialistas, identificar como ocorre a inclusão dos estudantes com deficiência motora, observar e descrever os métodos utilizados nas atividades pedagógicas.

#### **OBJETIVO GERAL:**

Analisar como o Atendimento Educacional Especializado se desenvolve no processo de inclusão de estudantes com deficiência motora.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Analisar as práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado;
- Identificar como ocorre a inclusão dos estudantes com deficiência motora;
- Descrever os métodos desenvolvidos para auxiliar nas atividades pedagógicas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Marcos legais da educação inclusiva**

No Brasil, durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social e tiveram seus direitos negados. Ao longo dos anos, esses direitos foram sendo alcançados através de lutas por criação de políticas públicas voltadas para a inclusão. Entre os marcos legais desse processo, está a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência feita pelas Nações Unidas em 2006. Segundo Resende e Vital (2008, p.33), “a Convenção surgiu para promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação dos cidadãos e cidadãs do mundo que apresentam alguma deficiência”.

No que diz respeito à educação, a convenção instituiu que os Estados Partes devem assegurar que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório sob a alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (art. 24). (BRASIL, 2009)

Dessarte, o documento estabelece uma série de obrigações que os Estados Partes devem seguir, incluindo a adoção de medidas legislativas e outras ações necessárias para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Este também prevê a criação de um Comitê responsável por monitorar a implementação da convenção. Por causa disso, é considerada um importante passo na trajetória por uma educação inclusiva.

Orientado pela convenção, em 2008 o Ministério da Educação (MEC) criou a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva que tem como principal objetivo estabelecer condutas para a implementação de políticas públicas e

práticas pedagógicas na inclusão escolar de estudantes com deficiência. Por meio dela, foi estabelecido o papel e importância que o Atendimento Educacional Especializado possui na Educação Básica.

Machado e Vernick (2013, p. 57) discorrem sobre a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) que:

Essa política impele os sistemas de ensino a se organizarem de forma a atender todos os alunos, sem qualquer forma de categorização das deficiências e tem como objetivos específicos garantir: oferta do atendimento educacional especializado (AEE); continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino; promoção de acessibilidade universal; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de profissionais da educação e comunidade escolar; transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Nesse contexto, merece destaque o Plano Nacional de Educação que entre os seus princípios fundamentais está a inclusão dos estudantes com deficiência. Ou seja, o PNE, entre outros pontos, visa garantir o acesso e a permanência de todas as pessoas independente de suas diferenças e necessidades, na educação em todos os níveis e modalidades. Para alcançar esse objetivo, o PNE propõe uma série de estratégias, como a formação continuada de professores para o atendimento às necessidades educacionais, a oferta de recursos de tecnologia assistiva e a construção de escolas acessíveis.

Para mais, a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (LBI) sancionada em 2015 e revisada em 2021, tem como propósito principal promover a inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil e garantir o pleno exercício de seus direitos, bem como estabelece uma série de normas que visam promover os direitos em diversas áreas — Saúde, trabalho, cultura, lazer e educação. Portanto, a trajetória feita representa um importante avanço na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, embora ainda haja muito a ser feito para que a inclusão seja de fato uma realidade em todos os aspectos da vida social.

## **2.2 O atendimento educacional especializado**

O atendimento educacional especializado (AEE) se constitui como sendo de extrema relevância no processo de inclusão de estudantes com deficiência, visto que tem como objetivo oferecer suporte pedagógico e recursos necessários para atender

as necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades//superdotação (BRASIL,2006).

O AEE é regulamentado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que prevê que o atendimento aconteça de forma complementar ou suplementar à escolarização regular, ou seja, os alunos que necessitam de atendimento especializado frequentam as salas de aula comuns, mas também recebem atendimento especializado no contraturno escolar para suprir suas necessidades educacionais específicas.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, 2009).

Sendo assim, a matrícula no AEE só deve ser feita se o aluno estiver matriculado no ensino regular. No caso do atendimento em centros especializados, os mesmos precisam seguir as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e com as Diretrizes da educação especial. Conforme as Diretrizes, são exigidas as seguintes condições: a) matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional da mesma escola pública; b) matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional de outra escola pública; c) matrícula na classe comum e em centro de atendimento educacional especializado público; d) matrícula na classe comum e no centro de atendimento educacional especializado privado sem fins lucrativos.

Além disso, para que o atendimento aconteça de forma efetiva, é necessário um professor especializado que tenha formação docente e pós-graduação na educação inclusiva. Segundo Ropoli et al. (2010), “os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.” Esse acompanhamento deve ser realizado no contraturno escolar, como citado anteriormente, mas deve ocorrer de forma suplementar ao ensino regular, sendo preciso que o professor elabore, entre outras funções, estratégias pedagógicas e recursos para o estudante.

Nessa conjuntura, vale ressaltar a importância da sala de Recursos Multifuncionais, tendo em vista que é nessa sala que os alunos têm acesso a recursos pedagógicos específicos, que são adaptados pelo professor a fim de atender às suas necessidades. O MEC (2010, p. 20) institui que “As salas de recursos multifuncionais devem manter seu efetivo funcionamento, com oferta do atendimento educacional especializado – AEE, aos estudantes público alvo da educação especial. ”

Contudo, torna-se fundamental que o AEE seja articulado com os professores da sala de aula regular. Porém, algumas pesquisas revelam que, em muitos casos, “há um déficit neste ponto junto ao atendimento dos alunos público-alvo da educação especial, uma vez que o AEE fica centralizado nas SRMs apresentando modelo único de atendimento.” (FACHINETTI; GONÇALVES, LOURENÇO, 2017, p. 193). Esta falta de articulação proporciona que o desenvolvimento não seja efetivo, visto que no dia-a-dia o estudante não dá continuidade às técnicas desenvolvidas na Sala de Recursos.

Para mais, é importante salientar que o atendimento educacional especializado não se limita apenas ao ensino de habilidades específicas para alunos com deficiência, mas também engloba ações voltadas para a promoção da inclusão social e escolar desses alunos, bem como a sensibilização da comunidade escolar para a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades para todos.

### **2.3 Deficiência física e educação inclusiva**

Entre os aspectos gerais relacionados à deficiência, é considerada uma pessoa com deficiência aquela que tem uma ou mais limitações físicas, mentais, sensoriais ou intelectuais que afetam sua capacidade de realizar atividades diárias. Essas limitações podem ser congênitas ou adquiridas ao longo da vida, e podem ter diferentes graus de desenvolvimento. O decreto 3.298(1999) considera em seu Art 3 que: “I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. ”

Para fins desta pesquisa, deve-se considerar os estudantes que possuem deficiência motora sendo esta uma limitação que afeta o sistema locomotor da pessoa, seja por uma condição congênita ou adquirida ao longo da vida. Essa deficiência pode ser de diferentes tipos e graus, e afetar desde a mobilidade de uma

única parte do corpo até a mobilidade total. Algumas das deficiências físicas que ocorrem com mais frequência são: paralisia cerebral, amputações, distrofia muscular, lesão medular, entre outras. O decreto 3.298 ainda conceitua:

Art. 4...: - Deficiência Física –alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999)

Pessoas com deficiência motora podem enfrentar desafios diários para realizar tarefas e se locomover, o que pode impactar sua qualidade de vida e independência. Para promover a inclusão é importante garantir ações que possibilitem a sua participação e acesso à educação, como rampas de acesso, banheiros adaptados, uso de tecnologias assistivas, entre outras medidas. Bock, Rios e Campos (2016, p.83) evidenciam que “a prática no AEE deve viabilizar a interação com o meio, favorecendo as mais diversas estimulações sensoriais, de forma a otimizar as inúmeras possibilidades de desenvolvimento dos estudantes com deficiência motora.”

No ponto de vista do desenvolvimento infantil, Bersh e Machado (2007) destacam que, “a criança com deficiência física não pode estar em um mundo à parte para desenvolver habilidades motoras. É preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence.” Ou seja, torna-se mais significativo para ela desenvolver as suas habilidades de andar, por exemplo, se ela tiver o seu direito de ir e vir garantido.

Sendo assim, surge a importância do ambiente escolar, do atendimento educacional especializado e da educação inclusiva como um todo, pois, para garantir a inclusão dessas pessoas, é necessário fazer adaptações e desenvolver recursos que possibilitem o acesso, a permanência e a participação no ambiente escolar. Segundo Mantoan (2003), precisamos distinguir inclusão e integração, pois, ao ser integrado, o aluno é apenas inserido no ambiente escolar. Porém, quando a inclusão realmente ocorre, a escola se organiza de forma que todos possam ser acolhidos em suas necessidades específicas. Para que isso ocorra de forma efetiva é necessário que toda comunidade acadêmica crie um ambiente físico e social inclusivo.

Nesse sentido, na escola serão encontrados alunos com diagnósticos diversos, por isso, o professor do AEE deverá buscar informações sobre as situações dos quadros de cada estudante e assim conseguir desenvolver um trabalho de articulação com o professor da sala de aula regular, além de desenvolver métodos que auxiliem as necessidades específicas de cada um. “É o Atendimento Educacional Especializado, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. ” (BERSH e MACHADO, 2007, p. 27).

O AEE tem a incumbência de auxiliar o aluno de diversas maneiras, adequando-se à sua necessidade específica, estimulando-o, visto que este muitas vezes se encontra privado de participar, tocar, se locomover e etc, sendo imprescindível a criação de métodos que podem ser utilizados com adaptações de materiais como lápis, cadeira e etc. Além do uso de tecnologias assistivas, onde o professor pode fornecer, por exemplo, softwares de reconhecimento de voz, mouses especiais e teclados adaptados que ajudam os alunos com deficiência física a usarem equipamentos eletrônicos e até mesmo se comunicarem.

Desta forma, a Tecnologia Assistiva (TA) é um dos recursos utilizados para auxiliar os alunos com deficiência. A TA tem como principal objetivo “Proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.” (BERSCH 2017, p. 2).

No entanto, a utilização desses recursos, em algumas realidades, pode não fazer parte dos atendimentos que são realizados. (Fachinetti; et al. 2017) discorrem em sua pesquisa que é comum os docentes da educação inclusiva não terem acesso ao uso da Tecnologia Assistiva em sua formação inicial, sendo necessário complementar em um outro curso de formação. Apesar disso, em muitos casos, mesmo a professora possuindo formação, “isto não garantiu o conhecimento suficiente para implementar os recursos de Tecnologia Assistiva em sua prática pedagógica, sua utilização e função.” (FACHINETTI; GONÇALVES, LOURENÇO, 2017, p. 559).

### **3. METODOLOGIA**

No presente trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa, pois a base dessa abordagem não é o referencial numérico de um determinado tema ou situação (DUARTE, 2004). A pesquisa qualitativa se concentra em compreender e interpretar a natureza das experiências humanas, crenças, valores e comportamentos, além de buscar entender os significados e interpretações dos participantes/ fenômenos envolvidos no estudo. Além disso, foi realizado um estudo de caso que segundo Silveira e Córdova (2009, p.39): “Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.”

Diante disso, analisei como o AEE se desenvolve no que diz respeito ao processo de inclusão, bem como, quais são as atividades e recursos produzidos para os estudantes com deficiência motora. Portanto, foi realizada a pesquisa de campo, uma vez que, “ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]” (GONSALVES, 2001,p.69)

Com esse intuito, realizei 2 visitas em uma escola pública municipal pertencente à Rede Municipal de Jabotão dos Guararapes que possui matrículas ativas de estudantes com deficiência motora, bem como a atuação do AEE no contraturno escolar e sala de recursos multifuncionais usada para esse propósito, visto que, para que os alunos com deficiência motora participem das atividades escolares, faz-se necessário que o AEE crie recursos e métodos que proporcionem condições adequadas e que sejam capazes de melhorar a sua mobilidade. A escolha da escola se deu mediante o fato de ser uma das instituições onde há estudantes com deficiência motora matriculados.

Dessa maneira, na primeira visita tive uma conversa com uma das professoras do AEE a fim de compreender aspectos gerais, como ocorre o atendimento, horário, dias da semana, quantidade de professores e etc. Além disso, no mesmo dia realizei uma entrevista semiestruturada com a professora, cujas perguntas norteadoras estão disponíveis no ANEXO A. Na segunda ida a escola, observei a Sala de Recursos Multifuncionais, equipamentos e materiais disponíveis para os alunos com deficiência motora, além de observar o atendimento de uma das estudantes.

Outrossim, no decorrer da minha pesquisa, examinei as práticas que são desenvolvidas pela professora especialista, como ocorre a prática pedagógica da mesma, se acontece alguma articulação entre os professores do atendimento

educacional especializado e professores das salas regulares. Além disso, fiz a descrição da estrutura e equipamentos disponíveis para uso de crianças com deficiência motora na SRM e examinei como os espaços da escola são adaptados para atender as especificidades desses alunos.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola onde as visitas foram realizadas pertence a rede municipal de Jaboatão dos Guararapes e está localizada em um bairro de difícil acesso. Por esse motivo, cerca de 90% dos estudantes residem no bairro, enquanto os demais moram em locais circunvizinhos. No total, 574 alunos são divididos nos turnos da manhã, tarde e noite nas modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos.

Através das visitas e entrevista realizada foi identificado que a escola em questão possui 2 professoras do AEE, uma atende no turno da manhã e a outra no turno da tarde, sendo esta última, a pessoa com quem a entrevista foi realizada. A seguir irei trazer os resultados e farei a análise dos dados, os quais foram divididos em quatro categorias: a) Formação e práticas das professoras especialistas; b) Perfil dos estudantes com deficiência motora; c) Recursos e equipamentos usados pelos estudantes; d) Principais dificuldades encontradas.

Para ter as suas identidades preservadas, a professora entrevistada aparecerá nesta pesquisa como “Professora Maria” e a escola com o nome fictício de “Escola Anísio Teixeira”.

##### **4.1 Formação e práticas das professoras especialistas**

As professoras do AEE da escola em que foi realizada esta pesquisa possuem pós-graduação em educação especial, visto que, no município de Jaboatão dos Guararapes, a especialização na área é um pré-requisito para o cargo. A professora Maria, especificamente, possui formação em pedagogia e duas pós-graduações, que são: psicopedagogia clínica e especialização em educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Além disso, esta professora participou da implantação da Sala de Recursos Multifuncionais na escola Marcos Freire no final de 2021, ou seja, a SRM possui

menos de dois anos de funcionamento nesta escola. Antes desse período, as crianças com deficiência não possuíam nenhuma assistência, apenas um apoio (estagiário) na sala de aula.

No que se refere ao atendimento dos estudantes com deficiência na sala de recursos, Maria explicou que os alunos são atendidos no contraturno escolar, sendo assim, os que são auxiliados por ela no turno da tarde estudam na sala de aula regular pela manhã. Além disso, a frequência com que esses atendimentos são realizados vai depender da necessidade específica de cada um, conforme relatado no trecho a seguir:

“O professor do AEE tem total liberdade para ver de acordo com a necessidade do aluno, se ele precisa ser atendido todos os dias da semana ou uma vez só na semana, mas em geral, o que a gente utiliza aqui, é que o aluno seja atendido duas vezes na semana. Temos um grupo que é atendido na segunda e quarta e tem outro grupo que é atendido na terça e quinta.”

Assim sendo, as sextas-feiras foram reservadas para atender a demanda interna da escola, ou seja, são os dias onde são feitos os registros da semana, planejamentos, preparação de atividades, atendimento aos pais, professores e formações continuadas. Em relação às capacitações realizadas, duas vezes ao mês a prefeitura convoca os professores do AEE para as formações. Sobre esse aspecto, a literatura afirma que: “Proporcionar formação continuada aos professores, oferecendo-lhes novas perspectivas, é tarefa fundamental das instituições voltadas para a educação.” ( GOMES et al., 2016,0.25).

A professora também destacou que, geralmente, são atendidos 4 alunos por 50 minutos cada. Durante os dias que pude observar, percebi que cada estudante frequenta a sala de recursos no horário estipulado e sempre de forma individual, ou seja, dois alunos não frequentam a sala no mesmo horário. Ademais, no total são 14 estudantes, incluindo os que são atendidos no turno da manhã. Destes, 3 possuem o laudo de deficiência motora, foco de estudo desta pesquisa.

No entanto, ela relatou que também os acompanha no turno da manhã tentando se articular com os docentes da sala de aula regular. Essa articulação ocorre através de conversas para identificar as dificuldades do estudante, bem como informações que podem ajudar o professor referente a materiais adaptados, infraestrutura da sala de aula e etc. Isto corrobora com as atribuições do professor do AEE definido pela Resolução nº 04 de 2009:

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Porém, a professora relatou que encontra dificuldades na comunicação com os professores do ensino fundamental anos finais, visto que, como nessas séries os docentes têm formação específica, os alunos possuem vários professores e estes passam menos tempo com o aluno em sala. “É um grupo de professores que está em um dia e não está no outro; que muda muito de sala...”. Apesar disso, a docente expressou que tenta fazer esse acompanhamento na medida do que é possível para eles.

Outro ponto mencionado por Maria é em relação ao conselho de classe:

“A gente também participa dos conselhos de classe que é o momento que a gente tá lá pra orientar e lutar por algumas coisas que são de responsabilidade do professor, mas às vezes ele acha que é de responsabilidade de outras pessoas. ”

Além disso, conforme depoimento, no momento do conselho de classe são feitas cobranças relacionadas à gestão e professor da sala de aula comum, a fim de proporcionar a inclusão no dia-a-dia do estudante e não apenas um atendimento isolado na SRM. Os docentes ainda acompanham como está ocorrendo a inclusão do aluno na sala de aula, se as atividades adaptadas estão sendo feitas, como acontece a interação com os outros discentes, como é a relação com os demais agentes envolvidos no ambiente escolar e etc.

#### **4.2 Perfil dos estudantes com deficiência motora**

No que diz respeito aos alunos com deficiência motora, como citado anteriormente foram identificados 3 estudantes. Estes possuem idades e especificidades distintas, conforme mostra a tabela abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	SÉRIE
Estudante 1	15 anos	7º ano
Estudante 2	7 anos	2º ano

Estudante 3	6 anos	1º ano
-------------	--------	--------

Fonte: Elaboração própria (2023)

Torna-se necessário salientar que para o trabalho do AEE acontecer de forma adequada, é fundamental conhecer o indivíduo em suas singularidades. Sobre isto, Bock, Rios e Campos (2016, p 82) destaca que:

O AEE não se restringe à aplicação de um conhecimento próprio da Educação Especial a serviço de um estudante considerando “apenas” a categorização de deficiência física que apresenta. Isso porque não existe uma fórmula para ensinar e aprender com base no diagnóstico clínico. É necessário conhecer as características, habilidades e os fatores ambientais que permeiam a vida desse estudante.

Em relação aos laudos e especificidades dos alunos, a estudante 1 é usuária de cadeira de rodas e não possui limitações referentes à comunicação. Na sala de aula regular, o mesmo possui um apoio (estudante de pedagogia) que o ajuda a se locomover pelo ambiente escolar e a realizar atividades essenciais. Além disso, o aluno também usa sonda vesical, sendo necessário que o apoio o auxilie na ida ao banheiro, até pelo fato do sanitário ainda não possuir estrutura adequada.

Através das observações e conversas com o estudante 1, foi identificado que a sua maior dificuldade é com a mobilidade, dado que a cadeira de rodas utilizada é inadequada para a sua dificuldade e não o permite se movimentar por conta própria, embora ele não tenha nenhum impedimento nos membros superiores. Em relação à estrutura da sala de aula, foi feita a troca da porta e uma adaptação na mesa que a aluna utiliza em sala de aula, pois a mesa convencional não tem a altura necessária para ser utilizada. Com isso, mesmo que minimamente, a escola criou maneiras de proporcionar a acessibilidade da estudante, tendo em vista que “tornar o ambiente adaptado é um dos pré-requisitos para a prática pedagógica inclusiva.” (ALBUQUERQUE, 2014, p 239).

No que diz respeito ao estudante 2, a professora relatou que o mesmo possui o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista e segundo informações obtidas com sua mãe, teve uma afecção no cérebro ao nascer que ocasionou algumas limitações motoras. No entanto, pelo fato de, além do AEE, também ter um acompanhamento com profissionais da área de saúde (psicólogo e fisioterapeuta), conseguiu se desenvolver de forma que, atualmente, não apresenta muitos comprometimentos físicos, apenas uma pequena dificuldade ao caminhar.

No decorrer das minhas observações, pude acompanhar o atendimento na SRM da estudante 3 que tem dificuldades ao caminhar e, por isso, utiliza órteses ortopédicas. Além disso, possui impedidos motores nos membros superiores, assim sendo, torna-se necessário auxiliá-lo a pegar no lápis, por exemplo. Também não se comunica pela fala, sendo importante, nesses casos, o uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA). Segundo Glennem (1997 apud Zaporoszenko; Alencar, p. 6), a CAA pode ser definida como: “outras formas de comunicação além da modalidade oral, como o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto, símbolos pictográficos, uso de sistemas sofisticados de computador com voz sintetizada, dentre outros.” No entanto, quando questionei sobre o uso da CAA, foi esclarecido que ela não é utilizada com o estudante, como será abordado no tópico a seguir.

#### **4.3 Recursos e equipamentos usados**

Em relação aos recursos utilizados no Atendimento Educacional da escola Anísio Teixeira, a professora explicou que produziu alguns desses materiais, enquanto outros foram enviados pela secretaria de educação do município quando a sala de recursos foi implantada. Sobre esse ponto, Gomes et al, (2016, p 23) indica que “Compete ao professor do AEE produzir materiais didáticos e pedagógicos, utilizados como ferramentas de interação escolar social, ajudando o aluno a atuar no ambiente da escola e fora dela.”

No que diz respeito aos equipamentos, a sala de recursos dispõe-se de equipamentos de Braille, plastificadoras e materiais pedagógicos, tais quais: materiais de papelaria e jogos pedagógicos que mobilizam a escrita, leitura e conhecimentos matemáticos. Esses recursos também são usados pelos professores das salas de aula regulares quando solicitado.



Figura 1 - Principais materiais da SRM



Figura 2 - Jogo de encaixe alfabético

Sobre os recursos utilizados especificamente com os estudantes com deficiência motora, a docente respondeu que são usados, sobretudo, objetos sensoriais, como areia, massa de modelar, bolinhas e etc, a fim de desenvolver a motricidade dos alunos de forma lúdica. Conforme trecho extraído da entrevista:

A gente utiliza muito materiais de estimulação sensorial [...] Sempre trazendo da forma mais concreta possível... da forma mais experiencial possível, porque é esse ponto que vai diferenciar a sala de recursos da sala de aula regular.

Quando questionada sobre se são usados recursos da Tecnologia Assistiva, a professora respondeu que possui alguns tablets disponibilizados pelo município para a escola, mas que também foram cedidos para alguns estudantes usarem em casa. Nos tablets, através de programas específicos são criados jogos matemáticos e de língua portuguesa, bem como um programa chamado “livox” que embora possua algumas limitações “apresenta todas as formas de comunicação dentro do software, a diferença é que esses recursos estão em um formato digital e por conta disto o manuseio deste software para o fim de comunicação alternativa torna-se mais prático e eficiente” (SILVA, 2017, p. 1)

Todavia, há uma contradição na fala da professora, pois, ao observar o atendimento de um dos estudantes com deficiência motora (estudante 3), a docente revelou que com ela não é possível usar o tablet, pois, a aluna não consegue manusear o equipamento. No entanto, com a observação foi possível perceber que poderia ser desenvolvido um produto assistivo que facilitasse o uso do equipamento. Além disso, com os outros estudantes o tablet e o programa não são usados de forma regular, apenas quando os mesmos lembram de levar para o atendimento.

Ainda sobre o atendimento da estudante 3, questionei como era feita a comunicação com ela na sala de aula comum, e obtive como resposta “o apoio consegue entender o que ela quer. Além disso, foi argumentado que a discente não passa a manhã toda na escola, bem como também utiliza fralda, sendo assim não precisa pedir para ir ao banheiro. Argumento esse, que vai contra os princípios da educação inclusiva e do AEE que regulam a garantia da autonomia do estudante, mediante a sua especificidade.

Contudo, foi possível identificar que boa parte das atividades propostas pela professora são jogos de encaixe ou materiais didáticos adaptados, como por exemplo numerais e letras do alfabeto. Durante uma das visitas feitas à escola, tive acesso a o caderno de atividades da estudante 3. Através das atividades propostas nele, a docente tenta estimular a parte sensorial com texturas (figura 3) usando os conhecimentos relacionados à matemática, letras (figura 4) e datas comemorativas.

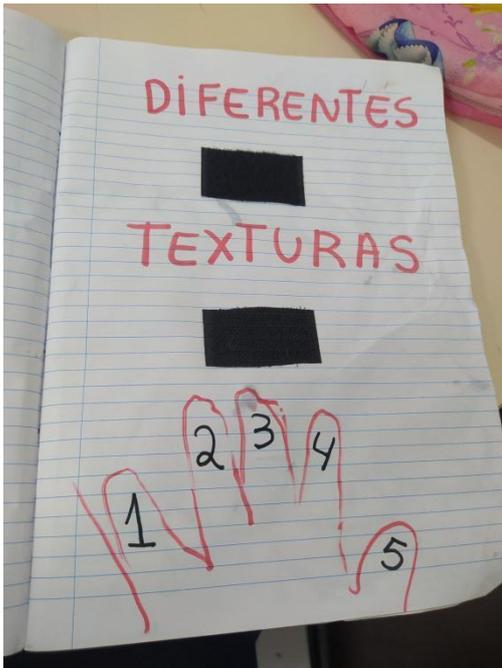


Figura 3 – Atividade com texturas



Figura 4 – Atividade usando texturas e letras

Atividades como essas, segundo Gomes, et al (2016, p. 23) “são de caráter eminentemente pedagógico, diferenciando-se do trabalho do professor da sala de aula, devendo o professor propor situações que contribuam para a aprendizagem de conceitos e ações vivenciais [...]. Além disso, as ações realizadas partem da escolha

da professora, visto que os estudantes não escolhem as atividades que serão feitas no dia.

Ademais, através da observação do atendimento, tornou-se possível ver como a professora estimula a parte sensorial do estudante auxiliando-o nos movimentos que são propostos. Na figura 5, por exemplo, a discente passa, com a ajuda da professora, um cordão entre uns furos feitos no número 1 através de comandos do tipo: “Vamos passar o cadarço no número 1”, “Este é o número”, “Muito bem, você está passando o cordão no número 1”.



Figura 5 – Atividade com cordão

Por fim, ao perguntar sobre como a docente percebe o desenvolvimento dos estudantes através do atendimento prestado no AEE, Maria respondeu que embora seja algo processual, consegue ver a evolução dos estudantes de forma muito positiva e destaca que a estudante 3, por exemplo, está conseguindo fazer o movimento de pinça com os dedos que antes não conseguia.

#### **4.4 Dificuldades encontradas**

Embora alguns impasses fiquem claros no desenvolvimento desta análise, alguns outros aspectos foram mencionados pela professora do AEE. Inicialmente, a

infraestrutura da escola é algo que se destaca, em virtude da estrutura em que a mesma está inserida, que dificulta até mesmo o acesso dos estudantes que não possuem deficiências. No total, são 15 salas divididas entre o térreo e o primeiro andar; 4 banheiros (2 no térreo e 2 no primeiro andar); 1 quadra e 1 cantina improvisada em um dos corredores.

Através de uma conversa com o vice gestor da instituição, foi relatado que o prédio é alugado e não consegue atender as demandas da escola, pois, até mesmo em uma parte da quadra precisou ser improvisado um container que se transformou em uma nova sala de aula. Além disso, a rampa que dá acesso ao 1º andar é bastante inclinada e estreita em uma de suas partes, conforme mostra a figura 6:



Figura 6 – Rampa que dá acesso ao 1º andar da escola

Neste contexto, a literatura afirma que “A infraestrutura da escola é um elemento que facilita o acolhimento das diferenças, por conseguinte, determinadas mudanças físicas contribuem para organizar o ambiente escolar.” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 238). Porém, a escola Marcos Freire possui apenas um banheiro possível de ser usado por estudantes que são cadeirantes, pois teve a sua porta trocada por uma mais larga (figura 7). No entanto, a estudante 1 não consegue utilizá-lo pelo fato da porta abrir para o lado de dentro e a pia ser grande em relação ao espaço, conforme expõe a figura 8.



Figura 7 – Porta do banheiro



Figura 8 – Pia do banheiro

Além das dificuldades relacionadas à infraestrutura básica, a professora do AEE relatou que encontra situações problemáticas relacionadas com os responsáveis dos estudantes, pois, pelo fato do atendimento educacional especializado acontecer no contraturno, alguns pais não se comprometem em levar o filho por achar que não vale a pena, ou até mesmo pela dificuldade na locomoção. Durante as visitas realizadas essa situação não foi presenciada, ou seja, todos os atendimentos ocorreram conforme o cronograma da professora e os alunos chegaram de forma pontual.

Ainda sobre a questão familiar, a professora apontou a falta de compromisso com acompanhamento dos estudantes, tendo em vista que se torna necessário, em muitos casos, o atendimento com outros profissionais (psicólogos, fisioterapeutas e etc) e o uso de medicamentos, porém, muitas vezes o responsável pela criança não se compromete com isso. Conforme trecho abaixo:

As dificuldades maiores estão relacionadas ao fato da família não oferecer ao aluno, dentro da realidade dele, que ele utilize as multiterapias e faça o uso das medicações necessárias com responsabilidade.

Esta realidade pode ser consequência da situação socioeconômica dessas famílias, pois, embora a professora destaque que a maioria dos estudantes com deficiência da escola possuem um benefício do governo, o valor às vezes não é o suficiente para arcar com todas as despesas necessárias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste estudo foi analisar como o atendimento educacional especializado se desenvolve no processo de inclusão de estudantes com deficiência motora em uma escola pública da Rede Municipal de Jabotão dos Guararapes. Através das visitas e entrevista aplicada com uma das professoras especialistas, foi possível analisar as práticas pedagógicas, descrever os métodos utilizados nas atividades pedagógicas e identificar as dificuldades encontradas.

Identificou-se que a escola possui condições delicadas relacionadas a sua infraestrutura básica, embora esse seja um ponto crucial para que a inclusão se efetive, além de não conseguir atender a demanda de alunos do bairro, ocasionando assim, em dificuldades visíveis para todos os estudantes.

No que se refere às práticas pedagógicas, observa-se que as professoras, apesar das limitações, conseguem proporcionar mudanças no desenvolvimento dos estudantes que são atendidos, tomando por exemplo a estudante que conseguiu, através das atividades sensoriais, avançar no aspecto motor. Além disso, foi possível identificar que a articulação com os professores da sala de aula regular proporciona a continuidade dos métodos que são utilizados na SRM, mas que também podem auxiliar o estudante.

Sobre os recursos e materiais, nota-se que outros recursos relacionados a tecnologia assistiva poderiam ser utilizados através dos tablets disponibilizados pelo município e até mesmo sem o uso desse equipamento. Além da comunicação alternativa que seria fundamental para o desenvolvimento do estudante com deficiência motora e até mesmo os alunos com outros tipos de deficiência que também apresentam dificuldades para se comunicar.

Contudo, ao entender o trabalho desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado, percebe-se a importância que o mesmo possui no desenvolvimento

destes estudantes, visto que antes do ano de implantação da sala de recursos, os alunos não tinham nenhum tipo de assistência. Pois, era apenas proporcionado o contato com um apoio que possivelmente não tinha a qualificação necessária para ajudá-lo a se desenvolver.

Com isso, torna-se visível que há diversas lacunas que permeiam a discussão da inclusão escolar das crianças com deficiência não apenas na instituição de ensino que foi o campo de estudo desta pesquisa, mas até mesmo em outras redes municipais. No entanto, o AEE, de forma geral, possui um papel fundamental para que essa inclusão aconteça através das práticas pedagógicas desenvolvidas, apoio prestado e articulação com os diferentes agentes envolvidos, sempre levando em consideração a especificidade dos estudantes.

## **REFERÊNCIAS**

BERSCH, Rita. MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física**. Brasília: SEEPS, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 206.

BOCK, G; RIOS, G; CAMPOS; L. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: DO ESTUDO DE CASO À IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA**. Fortaleza: UFCE, 2016.

**Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: MEC, 1999. BRASIL.

**Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2006. BRASIL.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Curitiba: UFPR, 2004.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação científica**. Campinas; SP: Editora Alínea, 2011. (5º edição)

MACHADO, Evelck. VERNICK, Maria da Glória. **REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NACIONAL E NO ESTADO DO PARANÁ.** São Paulo: Nuances, 2013.

MEC. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** Brasília. 2013, p.6.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RESENDE, Ana Paula Crosara De ; VITAL, Flavia Maria De Paiva . **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada.** Brasília: Corde, 2008. 36 p. , 2008.

Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília: MEC, 2009. BRASIL.

SILVA, Fernanda Barbosa Da . **EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A REALIDADE DA ESCOLA DO CAMPO.** Guarabira: UEPB, 2018.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; GONÇALVES, Adriana Garcia; LOURENÇO, Gersa Ferreira. **Processo de Construção de Recurso de Tecnologia Assistiva para Aluno com Paralisia Cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais.** São Carlos: Revista Brasileira de Educação Especial, 2017. 17p.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; GONÇALVES, Adriana Garcia; LOURENÇO, Gersa Ferreira. **Atendimento educacional especializado (AEE) e a oferta para alunos com deficiência física.** São Carlos: Crítica Educativa, 2015. 16p.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Porto Alegre, 2017.

GOMES, Roberla et al. **Políticas de Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado.** Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. **PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA COM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM JABOATÃO DOS GUARARAPES- PE.** Recife: o autor, 2014.

SILVA, Rebeqa; GOMES, Lauriceia. **A CONTRIBUIÇÃO DO LIVOX NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA).** 10 set. 2020. Disponível em: <https://incluireducar.com.br/livox-no-desenvolvimento-da-aprendizagem/>. Acesso em: 06 set. 2023.

SILVEIRA, Denise T; CÓRDOVA, Fernanda, P. **Procedimentos e abordagens.** 2009.

ZAPOROSZENKO, Ana; ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de. **COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E PARALISIA CEREBRAL: recursos didáticos e de expressão.** Maringá: Paraná, 2008.

## **ANEXOS**

### **ANEXO - A**

#### **ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - Professor do AEE**

- 1) Qual a sua formação? Há quanto tempo você trabalha no AEE?
- 2) Como acontece a formação de professores na área de educação inclusiva?
- 3) Quantos alunos você tem em cada turno?
- 4) Quantos alunos com deficiência motora? Quais são os tipos de deficiência? Os atendimentos são sempre individuais?
- 5) Como é feita a articulação entre o AEE, o professor da sala regular e a família? Como acontece o diálogo com a professora da sala regular acerca das atividades que a criança desenvolve em sala de aula? De quanto em quanto tempo?
- 6) É elaborado um planejamento individual para cada aluno?
- 7) Quais são as dificuldades que você enfrenta?
- 8) Como a sala de recursos é utilizada nesse processo?
- 9) Quais os recursos de Tecnologia Assistiva utilizados na sala de recurso?
- 10) Os estudantes têm apoio pedagógico na sala de aula regular? Como é organizado?